

Moreira quer Constituinte trilhando rumo da social-democracia

'O grande desafio é unir a liberdade à justiça social'



Para Moreira, é hora de superar a tendência à queda no autoritarismo cada vez que se procura consolidar um regime socialmente mais justo

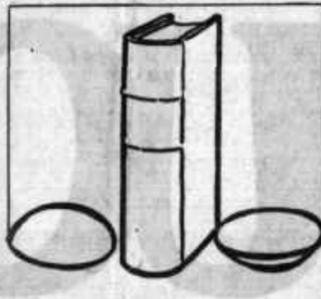
construir o regime com esse compromisso é resgatar uma dívida social secular.

— A social-democracia, creio, é a resposta que a nossa geração pode dar a um conflito que vem do final do século passado e que esteve presente política e ideologicamente em todo este século, o conflito entre liberdade e justiça social. Nós temos experiências históricas ao longo desse período em que, quando a margem de liberdade é garantida, a justiça social — com raras exceções — não tem o vigor necessário para conviver com expectativa generosa de futuro. E vice-versa: quando se busca ampliar a justiça social, a experiência tem levado a sociedade a regimes autoritários.

A social-democracia proposta por Moreira Franco não chega a definir mudanças radicais na ordem econômica, mas garante aos trabalhadores salário digno, bem maior do que o atual. O Governador eleito do Rio acha que as transformações que nos conduzirão à social-democracia devem ter um início singular.

— Não é uma opção pessoal. Temos que caminhar com o PMDB para organizar esse regime de equilíbrio social. Eu creio, por exemplo, que hoje a estatização do sistema bancário não é questão fundamental. Poderá até vir a ser. Por sermos uma sociedade capitalista industrial, com alta sofisticação em sua estrutura social, deveríamos entender que o respeito à dignidade do trabalho é valor importante. Isso não acontece. Uma sociedade que respeita e valoriza o trabalho, como fonte primeira da dignidade do homem, o remunera dignamente. O nosso problema é não ter uma política salarial que valorize e respeite o trabalho. A distribuição de renda se dá primeiro e primordialmente através dos salários. Não há fórmulas indiretas.

Por caminhos variados, Moreira pretende fazer chegar aos ouvidos dos constituintes suas idéias a respeito da nova Carta. Uma de suas



teses é de que o texto tenha caráter genérico.

— A estabilidade reside na generalidade e não no detalhamento, na especificidade. Como vivemos uma vida social extremamente dinâmica e com um processo de mudança acelerado, fruto de nosso atraso, a Constituição tem que definir de maneira clara e precisa, numa linguagem inteligível para qualquer cidadão, as questões gerais, os novos parâmetros da sociedade brasileira.

Como encaminhar politicamente a discussão dos direitos sociais a fim de que a nova Constituição não seja anacrônica e ao mesmo tempo não avance exageradamente a ponto de romper a estrutura social vigente? Moreira não acredita na possibilidade de um choque frontal entre conservadores e progressistas. E responde com boa dose de confiança num desfecho sereno para a previsível polémica em torno dos direitos sociais:

— O ambiente social brasileiro caminha para a modernidade. Eu não tenho dúvida de que não haverá conflito profundo entre uma concepção conservadora e injusta dos direitos sociais e a concepção moderna, disposta de fato a criar instituições que assegurem esses direitos.

Moreira entende a propriedade não como empecilho à realização do homem, mas como uma das referências básicas da realização da liberdade individual. Para ele, a propriedade não pode ser fonte de exploração, tampouco de coação.

— Creio que caminhamos para isto: para ter como referência o respeito à liberdade do cidadão. E a partir daí vamos organizar a vida social. Porque não há liberdade com fome, não há liberdade com bolso vazio, não há liberdade com mesa sem alimento.

Reale acha que anteprojeto servirá como um manancial de indicações

SÃO PAULO — O jurista e professor Miguel Reale não vê com entusiasmo o trabalho da chamada Comissão Arinos. Com a experiência de quem já participou da revisão de três textos constitucionais desde 1969, ele sugere até a composição de outro grupo para redigir o texto provisório da nova Constituição e manifesta a esperança de que a abertura democrática não venha a ser frustrada.

— Não se compreende que uma Assembléia Constituinte possa improvisar partindo do marco zero, isto é, sem ter à vista um texto que sirva de referência para a manifestação dos Constituintes — comenta, lembrando que o trabalho da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, da qual fez parte, é um "manancial preciso para indicações".

Reale afirma que o texto constitucional vigente, embora reduzido ao longo de tantos anos em "colcha de retalhos", ainda tem muito de aproveitável. Por isso, o jurista acha que agora não deverá ser feita uma simples contraposição a ele, mas um trabalho que parta de temas fundamentais. E diz que está aí a importância da formação de ampla comissão — obedecendo o critério de representação proporcional — que "enxuge" a contribuição da chamada Comissão Arinos que, no seu entender, perdesse em detalhes e questões secundárias. Sugere:

— Importante é que os constituintes, ao invés de se desviarem para problemas diminutos, que às vezes são os que mais geram conflitos, se concentrem no estudo dos seguintes temas: declaração dos direitos do

homem e do cidadão sob o prisma individual e social; reestruturação do Estado para melhor equilíbrio na vida republicana e no sistema tributário nacional; regime de poderes para saber se vamos conservar o atual presidencialismo ou pensar em forma de contenção dos poderes do Executivo; clara definição do programa econômico com a preservação da livre iniciativa; e, finalmente, reexame da situação atual dos Poderes Legislativo e Judiciário, a fim de colocá-los em consonância com as necessidades e aspirações do País.

A primeira participação mais direta do professor Reale em um processo de revisão constitucional aconteceu em 1969, quando o Presidente Costa e Silva quis alterar a Constituição de 1967, compatibilizando-a com os Atos Institucionais até então baixados. O Presidente, segundo o jurista, queria promover a abertura democrática. Mas morreu, e o trabalho ficou comprometido.

Dez anos depois, no Governo Geisel, voltou-se a falar em abertura e Reale foi chamado pelo Senador Petrólio Portela. Através de suas propostas fizeram-se emendas constitucionais que, ele garante, resultaram, já com Figueiredo na Presidência, em alterações de fundo como a eleição direta dos Governadores e a concessão da anistia política.

Na terceira vez em que foi chamado pelo Governo para colaborar na elaboração da chamada Emenda Figueiredo — que fazia uma revisão da Carta de 67 —, Reale lembra de um paradoxo: a resistência do PMDB, que também já se opusera à emenda de anistia.



Reale não quer que os Constituintes se percam em questões secundárias

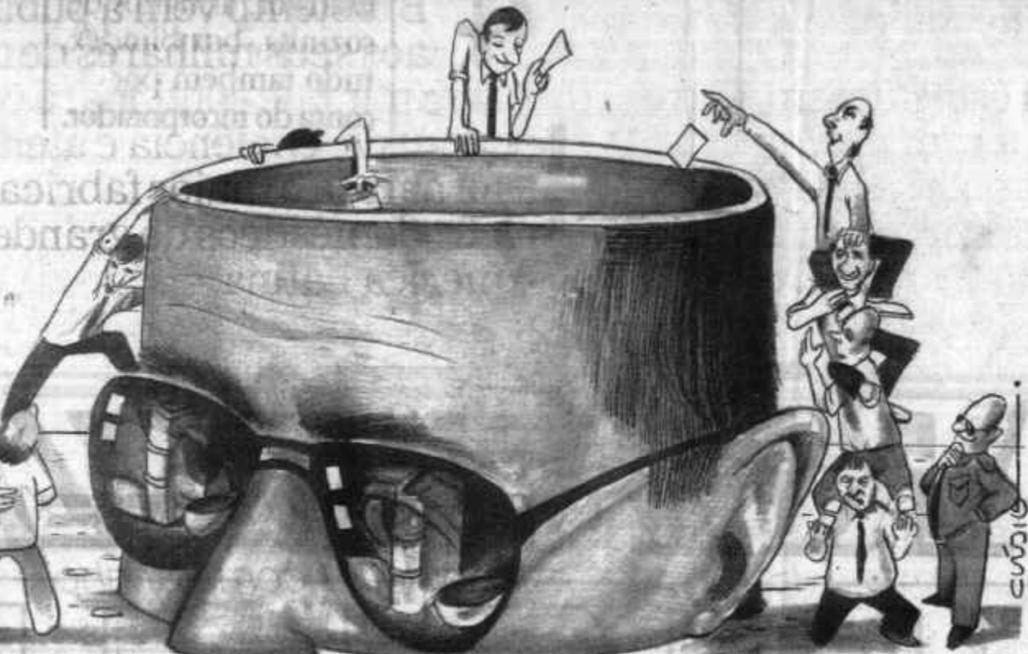
Congresso, o lugar das 'conversas impossíveis'

ANTÔNIO LANZETTA

BRASÍLIA — Três Coronéis, Assessores do Ministro do Exército, trocam idéias descontraidamente com o ex-guerrilheiro, ex-preso político e ex-militante do clandestino PRC, o Deputado petista José Genoino. Uns passos adiante, um mal-disfarçado colaborador do SNI conversa baixinho com o correspondente da agência soviética de notícias Tass. Cenas como essas podem parecer irreais em qualquer café ou esquina do País. Mas, nos salões acarpetados do Congresso Nacional são verdadeiras e cotidianas. E se tornarão mais frequentes a partir do dia 1º de fevereiro, quando um furacão de lobbies organizados assolar Brasília, depois da instalação da Constituinte.

A atividade do lobby é legal nos Estados Unidos. O dicionário Aurélio assim o define: "Pessoa ou grupo que, nas ante-salas do Congresso, procura influenciar os representantes do povo no sentido de fazê-los votar segundo os próprios interesses ou de grupos que representam".

A nova Constituição está atraindo todos os grupos de pressão possíveis a Brasília. Eles promoverão o mais variado quadro de encontros "impossíveis", como o do Deputado comunista com os Assessores militares. A promessa de atuação dos lobbies é tão grande que, na semana passada, o empresário Chico Maia, do setor de venda de serviços, andava desesperado atrás de uma lista de 1.100 grupos já registrados no Congresso para fazer lobby sobre os Consti-



tuintes. Era boato. Na verdade, são legalizadas no Congresso, com direito a um representante com crachá, apenas 14 associações, que vão desde a Abert até os engarrafadores da Coca-Cola. No final do mês, todas terão que renovar o seu registro na Primeira-Secretaria da Mesa.

Como não há proibição à circulação de pessoas no Congresso nem à abordagem aos parlamentares, ninguém precisa de crachá ou de inscrição para se tornar um lobbista. É o caso do empresário Ricardo Namen, Delegado Regional do Comitê Pró-legalização dos Cassinos. Sem registro, durante os últimos quatro anos ele visitou todos os parlamentares, mas o projeto de lei para a oficialização

do jogo não foi votado. Agora, ele vai ter que começar tudo outra vez e com uma dúvida: "Não sei se o assunto será tema da Constituinte".

A verdade é que não existe uma separação muito grande entre os grupos de pressão e os congressistas. Os eleitos têm sempre por trás ou um grande esquema financeiro ou o apoio de grupos, políticos ou não. Ou as duas coisas juntas. Assim é que a UDR, que fará o seu lobby escaldado por um escritório e 20 juristas, já tem dezenas de parlamentares eleitos com o seu apoio material. Ao todo, o setor agrário — como sempre acontece — foi o que mais elegeu representantes: 60. Os sindicalistas são 26, os evangélicos 25, há

dois banqueiros e ainda os frutos do caciquismo político regional.

Destá forma, no primeiro dia de reunião, os lobbies dos empresários não serão difíceis de se reconhecer no plenário nas figuras do ex-Ministro Delfim Netto, na do ex-Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingues ou na de Albano Franco, Presidente da poderosa Confederação Nacional da Indústria. O mesmo ocorrerá com os membros da CUT e CGT. O encontro nos corredores começará quando determinado grupo de pressão procurar eleitos por grupo adversário. Os "encontros impossíveis" continuarão frequentes mas nem sempre pacíficos.

Pelos corredores, os constituintes não sairão da roda viva dos 'lobbies'

BRASÍLIA — Ninguém sabe exatamente quantos grupos de pressão vão atuar sobre os constituintes, mas toda entidade ou organização com algum tipo de interesse vai tentar interferir nos trabalhos dos parlamentares. Entre eles, existem os mais fortes e organizados, como os defensores da livre iniciativa; os ruralistas; os sindicalistas; a Igreja; a OAB; e o próprio Governo, através dos Assessores Parlamentares do Palácio do Planalto e dos Ministérios.

O lobby empresarial será muito forte. Há dois anos os empresários se preparam para que algumas teses fundamentais para eles prevaleçam no texto constitucional. Criaram a União Brasileira dos Empresários (UBE) para melhor coordenar a força do setor. A principal preocupação da classe é manter o regime de livre iniciativa no País e diminuir o poder do Estado sobre a economia.

A União Democrática Ruralista (UDR) apoiou uma série de candidaturas em todo o País com dinheiro que arrecadou em seus leilões de animais e produtos agrícolas. Sua meta principal é a defesa das propriedades rurais e impedir uma reforma agrária radical.

As três principais centrais sindicais do País terão lobbies organizados na Constituinte.

A CUT vem sendo assessorada, há quatro meses, por uma comissão de advogados e doze centros de estudos em todo o País.

O presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, vai comandar pessoalmente o lobby no Congresso.

A União Sindical Independente — USI — atuará na Confederação dos Trabalhadores do Comércio, em Brasília. Seus dirigentes estão conversando com todos os parlamentares, indistintamente. A central sindical planeja uma manifestação pública para o dia 2 de fevereiro, diante do

Congresso. Na luta pela aprovação de suas propostas, associações de moradores vão se confundir com associações de Prefeituras. A Famerj, do Rio de Janeiro, tem 206 propostas para a Constituinte. E a Associação Brasileira de Prefeitos de Capitais (ABPC), presidida pelo Prefeito de Salvador, Mário Kertesz, vai instalar um escritório em Brasília, para pedir reforma tributária. Pedindo a mesma coisa, cem Prefeitos do interior da Bahia farão uma caravana até Brasília para pressionar os congressistas.

A CNBB, que tem sede em Brasília, já distribuiu cartilhas e vai acompanhar os trabalhos dos constituintes. A OAB, organização quase tão forte quanto a dos bispos, deslocará sua sede nacional para as proximidades do Congresso.

Os professores, em todo o Brasil, estão dispostos à luta. Em Porto Alegre, eles anunciaram a organização do Fórum Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia, para acompanhar a Constituinte.

Até a Brigada Militar do Rio Grande do Sul criou sua prontidão para pressionar os constituintes: desconta em folha colaboração de seus integrantes, arrecadando assim fundos para manter em Brasília uma "Assessoria Técnica" com a função de explicar aos parlamentares a importância das polícias militares e manter sua atual estrutura.

Outro caso curioso, também no Rio Grande do Sul, envolve os empresários da construção civil que, apoiados por colegas da área industrial, investiram pesado na eleição do Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luiz Roberto Andrade Ponte. Eleito pelo PMDB, ele agora se junta aos que defendem a livre iniciativa, para defender os interesses do seu setor.